



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Projecto de Resolução - Quota de Imigrantes

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo Regional

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda, hoje, em debate, nesta Assembleia, em síntese, recomenda ao Governo Regional a negociação, com o Governo da República, da suspensão do contingente regional indicativo de oportunidade de emprego para cidadãos não comunitários.

Fazemo-lo – e bem o sabemos – ao arrepio de toda a política migratória europeia, justamente simbolizada pela imagem da Europa-Fortaleza: espaço onde é aprovada a criminalização da imigração, onde uma pessoa (incluindo crianças) pode ficar detida, até 18 meses, pelo único 'delito' de ter migrado, onde se proíbe a realização de processos de regularização de carácter extraordinário, condenando à clandestinidade os cerca de 8 milhões de indocumentados(as) que nele vivem.

Mas também o fazemos à luz da aceleração do processo de globalização verificado nas últimas décadas e do qual o fenómeno migratório constitui uma característica fundamental. Porque vivemos num mundo em que as pessoas, as ideias, as mercadorias e os capitais se movimentam de uma forma cada vez mais rápida, cada vez menos sujeitas a qualquer controle administrativo. Um mundo em que – como não se cansa de ensinar Adriano Moreira – as fronteiras passaram a ser quase um apontamento histórico.

Fazêmo-lo, também, em nome da Declaração Universal dos Direitos Humanos que consagra a escolha de viver, trabalhar e construir uma vida onde a pessoa quiser, pelo que imigrar é um direito fundamental do ser humano.

Fazêmo-lo, ainda, porque entendemos a política como o lugar da ética e da moral. Não esquecemos que o nosso País, em geral e a Região Autónoma dos Açores, em particular, pela sua história e pelo esmagador peso da sua diáspora, deveria ser o último país a enveredar por políticas restritivas, no que à imigração diz respeito. É que se alguns outros países fechassem as fronteiras de forma também restritiva, e se os portugueses irregulares fossem obrigados a regressar, Portugal iria ter que receber mais de 100 mil pessoas...



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



E, finalmente, porque levamos muito a sério a feliz prosa vertida no portal do Governo Regional, onde, sob o título 'Imigrantes nos Açores', se pode ler o seguinte processo de intenções: “Transferir as expectativas das comunidades emigradas para os imigrados nos Açores é, desde já, uma via de avaliação à aferição das nossas responsabilidades de acolhimento e de educação dos vários sectores sociais”.

Também por tudo isto, confessamos o nosso “delito”: - Queremos que o Governo Regional dos Açores dê prova da sua dimensão humanista, honre o legado histórico desta região e confirme a abertura até agora demonstrada, em relação à integração dos imigrantes, dando um sinal claro de que é contra o sistema de quotas e de sub-quotas impostas pela nova Lei de Imigração, quer elas pequem por defeito ou por excesso. E porquê?

- Porque usar o cenário macroeconómico da crise como justificativo principal da política de quotas para a imigração é legitimar uma falácia: os imigrantes vêm roubar emprego;
- Porque o mercado de trabalho constitui, por si só, um regulador natural dos fluxos migratórios;
- Porque os fluxos migratórios para Portugal têm diminuído nos últimos dois anos, em consequência da perda de atractividade e de emergência de outros destinos migratórios;
- Porque a política de quotas foi e continuará a ser um embuste e um fracasso. Um embuste, porque serve para dar a ilusão de controlo e para convencer os portugueses de que podem estar descansados porque o Governo não deixa que ninguém lhes tire o emprego. Um fracasso, porque não tem a ver com a realidade do mercado de trabalho e muito menos combate o trabalho ilegal;
- Porque quem não consegue entrar pelas vias legais, entra por outras. E, porque é assim, com este tipo de medidas, o Governo está a ser cúmplice da escravatura moderna que existe em Portugal. Quem poderá acreditar que um imigrante, na urgência da fuga da fome, da guerra, da tortura, da miséria e da indignidade, opte por entrar em Portugal, percorrendo um itinerário kafkiano que começa pela apresentação duma promessa de contrato de trabalho nos consulados portugueses (assinada pelo empregado e pelo empregador), passa pelo comprovativo da oferta de emprego nos órgãos e serviços da administração central ou regional, segue para a apresentação nas inspecções gerais ou regionais do trabalho e termina com a obrigatoriedade do registo criminal do país de origem e de Portugal?



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



- Porque a situação de ilegalidade dos imigrantes não se combate com quotas, mas antes com uma efectiva penalização dos muitos empresários que mantêm estes trabalhadores em situação irregular para melhor os poder explorar;
- Porque, de acordo com projecções feitas, o ano passado, pelo Eurostat, até 2035 os países vão conseguir crescer graças à imigração e, a partir desta data, a imigração já não chegará. Em Portugal, os imigrantes já representam 6% do Produto Interno Bruto, salvaram o nosso país de um saldo natural negativo (em 2007) e são a maior garantia que temos para a sustentabilidade da Segurança Social.

É esta a realidade nua e crua, malgrado toda a demagogia populista e xenófoba que por aí anda à solta, procurando fazer dos imigrantes os bodes expiatórios da crise e do desemprego.

Claro que poderão sempre dizer – como o fez a maioria absoluta do Partido Socialista, em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho -, que esta “(...) iniciativa do Bloco de Esquerda é ineficaz e desadequada(...), ou que “(...) a proposta do Bloco de Esquerda, se aprovada, teria um impacto social nulo”. Por muito que estranhemos esta recusa em reconhecer, hoje, uma realidade que, há quatro anos atrás, era cristalina e inegável para o Governo Regional, registamos, com surpresa e agrado, a pública confluência de opiniões de personalidades insuspeitas: D. Januário Torgal Ferreira, D. Ilídio Leandro, Helena Roseta, José Eduardo Agualusa, Paula Teixeira da Cruz, Pedro Bacelar Vasconcelos, Sergio Trefaut, António Vitorino, Celeste Correia, Paulo Pedroso, Vítor Ramalho, entre muitos, muitos outros e outras.

Como também registamos, sem comentários (porque desnecessários), a espúria aliança, na defesa demagógica e preconceituosa do regime de quotas, entre o Partido Socialista, o Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa e o líder do CDS-PP, Paulo Portas.

Horta, 28 de Outubro de 2009